

Da Madeira a Demerara em 1847: fome, fuga e futuros incertos

Cristiana Bastos & Ana Isabel da Costa Spranger

Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Coordenadora do projecto *The Colour of Labour*

&

Investigadora independente associada ao projecto *The Colour of Labour*

RESUMO

À partir de um raro registo de viagem para Demerara em 1847 envolvendo 250 madeirenses em terrível estado de subnutrição, analisamos neste artigo as circunstâncias da crise de fome que assolou o arquipélago nesse ano, bem como o padrão migratório para a Guiana britânica no contexto da economia de plantação de açúcar e dos regimes de recrutamento de trabalho que a caracterizam.

PALAVRAS-CHAVE

Fome; Migração; Plantações Coloniais; Açúcar; Guiana.

EM PELE-E-OSSO NO CONVÉS

No dia 8 de Junho de 1847, o registo da viagem do navio inglês *Borderer* menciona o terrível estado de subnutrição em que se encontravam os 250 passageiros a bordo: “homens, mulheres e crianças, na maioria em óbvio estado de fome, praticamente em pele & osso” (*Men, women, children, most of them in an apparent state of starvation, literally nothing but skin & bones*)¹. Os passageiros tinham embarcado na Madeira, onde o *Borderer* aportara a 28 de Maio; tinha a 17 do mesmo mês largado de Bristol, no Reino Unido, com destino à costa de Demerara, na Guiana Inglesa, onde chegaria a 30 de Junho.

Que circunstâncias explicam esta situação? Que fazia esta quantidade de madeirenses a bordo de um navio que circulava entre pontos do então império britânico? E por que razão eram descritos como esqueletos, em pele e osso, à beira da morte por inanição? Que lhes tinha sucedido, e o que viria a suceder com este embarque?

Este episódio não aparece descrito na historiografia conhecida, como tão pouco aparecem outros episódios de todo um ciclo de viagens da Madeira para Demerara, por vezes em condições extremas. Para melhor compreender as circunstâncias destas deslocações, os seus antecedentes e o impacto que tiveram, reunimos um conjunto de fontes da época e recorremos à historiografia da Madeira e da Guiana britânica, bem como a instrumentos interpretativos de disciplinas vizinhas. Desse esforço combinado resulta este artigo, com o qual propomos interpretar articula-

damente as dinâmicas sociais e económicas da Madeira e as dinâmicas internacionais.

De um modo muito breve, podemos adiantar que estes passageiros fugiam à terrível fome que assolou a Madeira em 1847. Aqui, além da doença da batata que atingia toda a Europa, somava-se a doença da vinha, que era então o centro da sua economia². Sabemos ainda que a viagem os levava para um território de administração britânica predominantemente orientado para a produção de açúcar; e que ali se tornaram, junto com outros conterrâneos que os antecederam e sucederam, um dos pilares da força de trabalho no açúcar e, mais tarde, do comércio e negócios.

Nas secções seguintes vamos equacionar com mais pormenor as razões estruturais e conjunturais da crise económica e alimentar que levou a tal depauperamento da condição física dos passageiros, bem como descrever o movimento de madeirenses para as colónias britânicas, nos nexos do açúcar e na contramão da narrativa imperial portuguesa; abordaremos ainda brevemente os futuros que talharam na Guiana britânica.

ANTECEDENTES:

AS RAÍZES DA DESIGUALDADE E O SISTEMA DA PLANTAÇÃO

Para entender as circunstâncias da grande fome de 1847 na Madeira há que considerar o modo como factores de ordem social e de ordem natural se entrelaçam numa história complexa de produção de vulnerabilidades que em certos momentos tomam proporções trágicas.

1. Caird Library, National Maritime Museum, Greenwich, U.K., *Log of the ship WHAMPOA from Madeira to Demerara, London, Madeira and Demerara, from 29th November 1844 – 8th May 1845. Also log of the ship BORDERER from Demerara to London 12th October-10th November 1845, including four other voyages touching Deal, Madeira, Aden, Bombay, Singapore, Hong Kong, Whampoa, Bristol ending at Liverpool. These voyages begin from Deal in January 1846 ending at Liverpool 20th November 1847. No name of keeper of this log.* Trata-se de um raro documento, uma vez que a maioria dos registos de bordo destes navios, que operavam para companhias privadas, não está disponível em qualquer acervo público.

2. João de Andrade Corvo, 1854, *Memória sobre a mangra ou doença das vinhas, nas Ilhas da Madeira e Porto-Santo, Lisboa, Academia Real das Ciências.*

Desde o início do povoamento da ilha foram feitas escolhas quanto ao uso da terra que assentavam em desigualdades de grande magnitude e passavam menos pela garantia de alimentação para todos que pelo interesse lucrativo dos cultivos. O arquipélago, que inclui as ilhas da Madeira³, Porto Santo, Desertas e Selvagens, é registado pelos navegadores portugueses em 1418-19 como desabitado, e vem a ser dividido em três capitanias perpétuas e hereditárias, atribuídas a Tristão Vaz Teixeira (1440), Bartolomeu Perestrelo (1446) e João Gonçalves Zarco (1450)⁴. A doação de terras seguiu o modelo feudal das sesmarias que, para garantir povoamento e cultivo, tinha sido instituído no Reino; o sistema obrigava os cultivadores a fornecer uma parcela da colheita ao titular da terra, podendo a parcela chegar a metade do total. Os colonos foram recrutados sobretudo no reino, de entre várias ocupações e especializações. Note-se que a atribuição de terras era consistente com hierarquias já definidas: “para os de mor qualidade e posanças tiverem” não havia limite de extensão ou prazo e eram “forras sem pensão alguma”⁵. A essas primeiras décadas montam também as primeiras crises de falta de alimento; em 1466 há notí-

cia de crise de pão, e em 1485 ocorre a primeira grande fome das ilhas⁶.

A estas dificuldades acrescentava-se a imposição da monocultura do açúcar, que se constitui como um ensaio do sistema de *plantação* que veio a predominar a economia atlântica nos séculos seguintes⁷. A experiência combinou apoio da coroa portuguesa, capital flamengo e genovês, mão de obra escravizada das Canárias e costa de Marrocos, e cana do açúcar vinda do mediterrâneo, na sua longa viagem do Pacífico e Índico até ao Atlântico. O sucesso foi rápido e fulgurante; tendo começado a experiência em meados do século XV, já em 1500 a Madeira produzia o sétuplo do seu rival mais próximo, o Chipre⁸.

Assim se diz que a ilha da Madeira foi o palco das primeiras experiências de “plantação” (*plantation*), o sistema de monocultura do açúcar em extensão que depois foi desenvolvido em maior escala em São Tomé e sobretudo no Brasil, e, em paralelo, nas ilhas de Barbados, Jamaica, e praticamente todas as Antilhas (Caribe) e também nas Guianas. Tornando-se a mercadoria mais lucrativa dos mercados internacionais da época, autêntico “ouro branco”, garantindo altos retornos a investidores e pro-

3. A ilha principal, a Madeira, de clima subtropical e ameno, tem uma cordilheira elevada no sentido leste-oeste que a divide em duas costas, com relevo que oscila entre os 1000 e 1870 metros, de onde nascem ribeiras que em invernos rigorosos e chuvosos enchem rapidamente e podem causar grandes estragos. Ao redor da ilha, numa costa predominantemente abrupta, existem algumas enseadas, baías e portos que servem de abrigo aos barcos – que durante séculos garantiam a circulação entre as diferentes partes da ilha, limitada pelas quase intransponíveis montanhas. De um modo geral, o que o clima tem de convidativo e o solo de fértil é neutralizado pelas dificuldades impostas pelo relevo.

4. Ana Isabel Spranger, Fernanda Ramos Gomes e Eduarda Sousa Gomes, 1984, *Antologia de Textos de História da Madeira*, Funchal, SRE, pp.37-43.

5. Luís de Cadamosto, 1455, “Primeira Navegação”, citado por António Aragão, 1981, *A Madeira vista por estrangeiros 1455-1700*, Funchal, SREC/DRAC.

6. Vitorino Magalhães Godinho, 1965, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, Vol. III, Lisboa, Editora Arcádia, pp.282-283.

7. Sidney Greenfield, 1977, “Madeira and the Beginnings of New World Sugar Cane Cultivation and Plantation Slavery: A Study in Institution Building”, *Annals of the New York Academy of Sciences*, p.292, n.1, pp.536-552; Jason W. Moore, 2009, “Madeira, Sugar, and the Conquest of Nature in the ‘First’ Sixteenth Century: Part I: From ‘Island of Timber’ to Sugar Revolution, 1420–1506”. *Review (Fernand Braudel Center)*, 32, n. 4, pp.345-90; Alberto Vieira, 2004, *Canaviais, Açúcar e Aguardente na Madeira, séculos XV a XX*, Funchal, CEHA.

8. Jason W. Moore, 2009, “Madeira, Sugar, and the Conquest of Nature in the ‘First’ Sixteenth Century: Part I: From ‘Island of Timber’ to Sugar Revolution, 1420–1506”. *Review (Fernand Braudel Center)*, 32, n. 4, pp.345-90.

dutores, ao mesmo tempo que criava uma crescente dependência nos consumidores, no que combinava de luxo, gosto e valor energético, o açúcar viria a ser cultivado mais tarde fora do eixo atlântico – também na Maurícia, no Natal, Índia, Austrália, Fiji, Hawaii – transformando a economia mundial e as sociedades⁹. O sistema seria adoptado para a produção de mais mercadorias lucrativas – café, algodão, cacau, tabaco, e outras que foram o centro das economias coloniais, incluindo nos territórios que hoje correspondem aos Estados Unidos. Com a sua dinâmica financeira, a sua necessidade de terras, e a sua voracidade por força de trabalho, a *plantação* está no centro dos sistemas coloniais e na criação das grandes desigualdades racializadas que emergiram do recrutamento dessa força de trabalho: primeiro pela escravização, depois pelo recrutamento, em modalidades variadas – entre raptos, aliciamentos e contratos –, de populações de várias latitudes e longitudes¹⁰.

De que modo se cruza e sobrepõe a história da Madeira e madeirenses com a história mundial da *plantação*? Como apontámos, a experiência da *plantação* começou precisamente com a produção do açúcar na Madeira e logo no século XV. Como as circunstâncias ecológicas e orográficas do arquipélago limitaram a sua expansão, a experiência foi deslocada para São Tomé, e depois Brasil, Caraíbas e outros pontos do mundo, numa dinâmica que viria a combinar o desenvolvimento do capita-

lismo financeiro e um sistema de estratificação social que replicava as condições extremas do trabalho e do lucro, assentando na escravização racializante – e mais tarde noutras formas de trabalho vinculado e contratado¹¹.

O regime inicial de plantação da cana na Madeira foi exuberante mas caiu rapidamente, com 90% de redução logo na primeira década do século XVI. A tecnologia, os mestres de engenho, e muita gente com eles, foram deslocados para o Brasil, onde a experiência seria expandida com grande sucesso. O cultivo da cana manteve-se na Madeira, mas em muitíssimo menor escala. Entretanto estavam já criados no arquipélago mecanismos de produção de desigualdade, gerando extrema vulnerabilidade entre os mais pobres. E uma outra planta viria a tornar-se central: a vinha, destinada ao cosmopolita Vinho da Madeira, uma outra importante mercadoria nos circuitos internacionais, desta vez com capital e administração predominantemente ingleses.

ESCASSEZ E EMIGRAÇÃO

A emigração para fora da ilha funciona desde cedo como um modo de superar as dificuldades encontradas em terra. No processo de transplante da tecnologia do açúcar para o Brasil, logo no século XVI, foram junto não apenas os mestres de engenho, mas também muitos madeirenses¹². Também no Brasil, mas não já na rota do açúcar, vai mais tarde instalar-se um grande número de famílias da Madeira

9. Sidney Mintz, 1985, *Sweetness and Power. The Place of Sugar in Modern History*, New York, Penguin; Eric Williams, 1944, *Capitalism and Slavery*, Richmond, U N Carolina Press; Philip Curtin, 1990, *The Rise and Fall of the Plantation Complex: Essays in Atlantic History*, Cambridge, Cambridge University Press.

10. Desenvolvemos esta questão em mais pormenor nos artigos: Cristiana Bastos, 2020a, “Indenture-at-wide: learning from Madeiran sugar routes,” *Aapravasi Ghat Trust Fund Magazine* 5, pp.58-60; Bastos, 2020b, “Plantation Memories, Labor Identities, and the Celebration of Heritage: the case of Hawaii Plantation Village.” *Museum Worlds – Advances in Research*, 8, pp.25-45.

11. Bastos, “Indenture”.

12. Frei Gaspar da Madre de Deus nas suas Memórias da Capitania de S. Vicente (hoje S. Paulo), citado por Padre Fernando Augusto Silva e Carlos Azevedo Meneses, 1965, *Elucidário Madeirense* vol. I, Funchal, p.375.

e Açores com o fim de povoar, colonizar e garantir militarmente a Ilha de Santa Catarina; em 1751 são mandados recrutar para o sul do Brasil, às ordens do Rei D José, mil casais de madeirenses sem meios de subsistência¹³. Na documentação da época refere-se claramente o conjunto de dificuldades que atravessavam os madeirenses, a sua enorme vulnerabilidade às oscilações atmosféricas com impacto na produção agrícola, deles se dizendo que levavam uma vida de indigência e de sofrimento, podendo morrer de fome em qualquer ano de seca que destruísse a sua base de sustento – ao tempo o inhame, mais tarde também a batata, introduzida em 1760, e o milho, introduzido em 1792¹⁴. Mantinha-se uma subnutrição estrutural, com os cálculos da época indicando que entre produção local e importações garantia-se o sustento de vinte mil pessoas, sendo que já mais de cinquenta mil habitavam o arquipélago¹⁵.

Os problemas estruturais da Madeira persistem, e entre a Guerra dos Sete Anos na Europa (1756-1763), que suspendeu o tráfego com o Funchal, e as guerras de independência norte americanas (1755-1783), que afectaram as saídas dos portos de Baltimore, Boston, Charleston, Filadélfia ou Virgínia, de onde vinha trigo, milho, arroz, feijão, farinha, biscoitos, carne, bacalhau, manteiga, salmão, chá, fazendas, aduelas e tabuados¹⁶, a escassez de alimentos perdurou, e o espectro da fome continuou a servir de propulsor à emigração. Esta atingiu grandes proporções, arrastando o abandono dos campos, pelo que a partir de 1758, por

alvará do rei D. José, madeirenses e açorianos são obrigados a usar passaporte para sair das Ilhas – incorrendo em penas de prisão os que fossem encontrados “a bordo de embarcações determinadas a ausentar-se sem o necessário passaporte”¹⁷.

A estas dificuldades conjunturais acrescentava-se uma estrutura socio-económica que levava a vulnerabilidades extremas, combinando as instituições vinculadas dos morgados e capelas e os contratos de *colonia* – uma evolução do regime medieval das sesmarias que tomou aspectos especificamente madeirenses¹⁸. No regime de morgados, os domínios senhoriais eram inalienáveis, indivisíveis e insusceptíveis de partilha por morte do seu titular, passando nas mesmas condições ao varão primogénito; já no que diz respeito aos colonos, as glebas iam sendo divididas pelos seus descendentes, o que, com o correr dos tempos, gerou uma vasta comunidade de camponeses pobres, confinados a parcelas cada vez mais reduzidas e economicamente inviáveis. Tal era a escassez de terra que os camponeses, para criarem zonas agrícolas, construíam dispositivos em socalcos e empedrados, com uma técnica rigorosa de pedras perfeitamente talhadas, organizando levadas de água para rega e transportando a terra necessária em cestos às costas – provas da dureza da vida na base, que corria em paralelo aos crescentes lucros da exportação do vinho. O vinho tornara-se entretanto o produto central da Madeira, promovido sobretudo

13. Eduardo C.N. Pereira, 1968, *Ilhas de Zargo*, vol. II, Funchal, p.277.

14. Jorge Freitas Branco, 1987, *Camponeses da Madeira – as bases materiais do quotidiano no arquipélago 1750-1900*, Lisboa, Dom Quixote, p.31.

15. Maria de Lourdes Freitas Ferraz, 1994, *Dinamismo sócio-económico do Funchal na segunda metade do séc. XVIII*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica e Tropical, p.82.

16. Ferraz, *Op. cit.*

17. *Colección de Leyes, Decretos e Alvarás del Rey D.José*, 1761, oficina de Miguel Rodrigues, vol. I, pp.323-324.

18. Apesar de muitas críticas levantadas, sobretudo no século XIX, este regime só veio a ser extinto pelo Decreto Regional 13/77/M publicado em Diário da República nº241/1977, I Série, a 18 de Outubro de 1977.

por comerciantes ingleses – tal como no ocorreu no continente para os vinhos do Douro/Porto¹⁹. Em meados do século XIX, o arquipélago ressentia-se do movimento depressionário da cultura e comércio do vinho porque faltavam os mercados para os excedentes deste, situação que abalou profundamente a estrutura socioeconómica madeirense²⁰.

Entre dependência alimentar, desigualdades estruturais, e dificuldades insuperáveis aquando das crises agrícolas, os Madeirenses eram compelidos a emigrar sempre que se proporcionavam as condições para tal – muitas vezes de grande risco. Em 1847, o próprio Governador Civil do Funchal listava os constrangimentos estruturais que levavam à migração:

a emigração para fora deste país tem por base uma prevenção que não é inteiramente falha de verdade. O povo sofre e sofre deveras. As principais causas deste sofrimento são quatro. As causas físicas são: 1 – a dificuldade de cultura do solo em razão da sua peculiar estrutura geológica; 2 – a escassez de água de regadio de que muito carece a maior parte das terras da ilha. As causas morais são: 1 – a inalienabilidade de uma grande porção de terras em razão dos vínculos que a oneram; 2 – o contrato consuetudinário em virtude do qual é obrigado o colono a partir com o direto senhorio metade dos frutos da terra que cultiva²¹.

Acrescenta, no mesmo ano, o Conselheiro António Correia Herédia, Secretário da Junta Governativa:

o povo sofre porque a terra está inculta, a terra está inculta porque a terra não é livre. Libertai a terra, animai o trabalho, criai interesses novos, fazei interessados na cultura da terra esse espantoso número de mancebos a quem a pobreza vai em breve chamar ao ócio, ao vício, ao crime. Aproveitai os homens, dai-lhes meios de se ilustrarem e de serem úteis à sociedade, empregai-os na missão útil de todas as tarefas, em uma palavra, aboli os morgados e tereis dado um grande passo para a sua regeneração²².

Por parte das autoridades existe clara consciência do obstáculo que a estrutura fundiária constituía à sobrevivência de muitos madeirenses; acrescente-se que o interesse macro-económico na produção do vinho em detrimento da produção de alimentos teve consequências desastrosas. Quando a doença atacou as vinhas, muita gente ficou inteiramente desprotegida e à mercê da fome ou da fuga em condições extremas²³. Desde os primeiros dias de 1847 o jornal *O Defensor* noticia as dificuldades que atravessam toda a ilha, levando a iniciativas para aquisição especial de cereais²⁴, à criação de comissões de socorro aos pobres²⁵, a pedidos de auxílio à Rainha²⁶, a apoio inglês²⁷. São dadas instruções

-
19. A influência inglesa no arquipélago tinha várias frentes, uma vez que por razões geográficas a Madeira se tornou uma conveniente área de apoio à navegação entre as Ilhas britânicas e os territórios coloniais a elas associados. O primeiro Cônsul inglês foi John Carter nomeado em 1658. Os comerciantes ingleses desde 1660 gozavam de isenção alfandegária na exportação do vinho da Madeira, e, em 1680, já existiam poderosas casas comerciais inglesas que abasteciam a ilha de géneros alimentícios de primeira necessidade, artigos de luxo e outros. No século XVIII estavam creditadas 23 firmas – a Banger & Company, J.J. & W. Leacock, Hinton & Bell, entre outras. V. Walter Minchinton, 1989, *British residents and their problems before 1815*. Funchal, SRTCE-CEHA.
20. Em 1843, Daniel d'Ornellas dirigia-se à Câmara dos Deputados que a grande prosperidade da Madeira, sobre tudo durante as guerras de independência, tinha feito da ilha “o ponto mais rico do Universo” em proporção ao seu tamanho, para agora se encontrar em estado agonizante.
21. Arquivo Regional da Madeira, *Correspondência do Governo Civil*, Carta do Governador Civil Conselheiro José Silvestre Ribeiro para o Ministério do Reino, 27 de Setembro de 1847.
22. Citado por Freitas Branco, *Camponeses da Madeira – as bases materiais do quotidiano no arquipélago 1750-1900*.
23. Corvo, *Memórias sobre as ilhas da Madeira e Porto-Santo*, Typ. da Academia, 1854.
24. *O Defensor*, 6 de Fevereiro de 1847.
25. *O Defensor*, 20 de Fevereiro de 1847.
26. *O Defensor*, 20 de Fevereiro de 1847.
27. *O Defensor*, 1 de Maio de 1847.

para prevenir a moléstia da batata que grassava desde 1845²⁸, e é publicado um alerta do Governo Civil para que os administradores dos concelhos travassem o afluxo de camponeses à cidade²⁹. A situação era duríssima.

1847: NO BORDERER PARA DEMERARA

É assim que encontramos no *Borderer*, em 1847, tantos ilhéus com a fome inscrita nos corpos. Num registo anónimo e raro, encontramos testemunho diário do que foi essa viagem e as terríveis condições em que embarcaram os 250 madeirenses, referidos como “esqueletos” ambulantes, em “pele-e-osso”³⁰. Nem todos sobrevivem, e um dos passageiros, numa ataque de nervos, atira-se ao mar logo ao terceiro dia de navegação – mas acaba resgatado e sobrevive em camisa de forças. Melhor destino é o das passageiras que embarcaram em termo de gravidez, uma delas dando à luz logo na primeira hora do embarque, a outra ao fim de onze dias. A condição dos passageiros é tal que nos primeiros dias requerem cuidados extraordinários por parte da tripulação, que demora quase uma semana a normalizar a rotina de navegação. Nos dias 13 e 14 a situação dos passageiros estabiliza e estes podem celebrar em cantos e danças com os marinheiros. No dia trinta finalmente aportam na costa de Demerara³¹.

Não sabemos em pormenor o que aconteceu a estes passageiros uma vez em terra – se foram submetidos a quarentena, de que modo foram distribuídos pelas plantações, se foram todos tra-

balhar na cana do açúcar, e por quanto tempo, se integraram propriedades onde trabalhavam conterrâneos, se sobreviveram sequer. Sabemos que muitos dos que chegaram a terra sucumbiram depois às muitas provações do lugar: malária, outras febres, disenterias, exaustão pelo trabalho e clima, e a violência no regime de trabalho que tinha cristalizado no tempo da escravatura.

Sabemos todavia em linhas gerais o que aconteceu aos portugueses, sobretudo madeirenses, que aportaram em Demerara e se distribuíram entre esta província da Guiana inglesa e as outras duas, as de Essequibo e Berbice, e, em menor número, nas vizinhas Guianas de administração holandesa e francesa, ou nas diversas ilhas que em todas as Caraíbas se destinavam à produção do açúcar para lucro das diversas potências coloniais europeias e dos financiadores internacionais. Sabemos que foram maioritariamente recrutados para os trabalhos do açúcar, que penaram nas plantações, que muitos morreram e sofreram de modos múltiplos, sendo que muitos sobreviveram e, entre estes, muitos viriam a singrar no comércio e atrair mais conterrâneos³².

Os portugueses – sobretudo da Madeira – formariam na Guiana britânica um grupo distinto e de grande impacto, a ponto de constituírem um dos seis povos, ou “raças” – a saber, na tradição nacional da Guiana, adaptando a nomenclatura colonial: brancos, negros, ameríndios, indianos, portugueses e chineses. Os Portugueses não eram “brancos” como a classe proprietária das plantações de ascendência britânica e holandesa

28. *O Defensor*, 10 de Abril de 1847.

29. *O Defensor*, 1 de Maio de 1847.

30. Caird Library, *Log of the Ship...* reg. 8 Junho 1847. Ver também Cristiana Bastos, 2020c, “Febre a bordo: migrantes, epidemias, quarentenas.” *Horizontes Antropológicos* 57: pp.27-55.

31. Caird Library, *Op. cit.*

32. Mary Noel Menezes, 1986, *Scenes from the History of the Portuguese in Guyana*, 1986, *Scenes from the History of the Portuguese in Guyana*, Victoria Printing Works, 1986; Bastos, “Indenture-at-wide”; Marcelo Moura Mello, no prelo, “Madeiran Migration to British Guiana: first remarks”, in *Post-emancipation Indenture and Migration: Identities, Racialisations and Transnationalism*, eds. M Hassankhan, K Hiralal, C Bastos, L Roopnarine, Manohar Publishers.

– geralmente protestante, enquanto os portugueses eram predominantemente católicos; tão pouco eram “negros” como os descendentes de africanos deslocados pela escravatura; também não eram “indianos” como os descendentes de trabalhadores deslocados do Sul da Ásia que vieram mais tarde; e certamente não eram “ameríndios” como os habitantes primordiais das Guianas. Eram também distintos de outros grupos, como os chineses, que, tal como os portugueses, se estabeleceram na Guiana primeiro para trabalho, e depois para negócios. Ou dos Sírios, que vieram mais tarde e não foram incluídos neste modelo de “seis povos”.

A história dos portugueses na Madeira está documentada por Mary Noel Menezes e vários outros autores que analisam esta sociedade³³. O retrato que se compõe é o de uma comunidade que começou em duros trabalhos dos canaviais, aos quais muitos sucumbiram, dos quais alguns regressaram, mas que outros tantos superaram e melhoraram a vida, sobretudo com actividades comerciais – primeiro em comércio ambulante, depois em lojas de rum e mercearias, depois noutras negócios. Em finais do século XIX, atingida para muitos uma confortável prosperidade, dá-se um novo fluxo migratório, desta vez sem a pressão e desespero da fome e em condições mais favoráveis. Mas isso virá depois. Em 1847 as dificuldades eram máximas.

ATRAVESSANDO IMPÉRIOS

A viagem do *Borderer* em 1847 é excepcional no que tem de ser a única que se deixa conhecer com algum pormenor, permitindo-nos alcançar com realismo a intensidade do drama humano vivido a bordo. Sobrepõem-se nesta viagem dois grandes temas da época.

O primeiro tema é o das travessias do Atlântico por uma elevada quantidade de migrantes em estado físico deplorável. Nesse mesmo ano, inúmeros navios transportavam para os Estados Unidos e Canadá os irlandeses avassalados pela fome da batata e vulneráveis à demoníaca febre do tifo, fazendo do barco um hospital, quando não câmara de morte, e convertendo os portos de chegada em grandes estações de quarentena e vastos cemitérios³⁴. O *Borderer* não foi, portanto, o único veleiro em que os marinheiros tinham de fazer de enfermeiros e auxiliares. Mais a norte viviam-se maiores dramas, ardendo em febre e vômito. E por todo o Atlântico, e logo no Índico e Pacífico, os cenários de horror repetiam-se a bordo³⁵. Muitas vezes os barcos que transportavam emigrantes para os destinos de açúcar tinham sido usados no tráfico escravo, e comandantes e tripulações tinham mantido os hábitos de violência sobre os passageiros da “carga”³⁶.

O segundo tema que se cruza neste episódio é o da rota migratória entre a Madeira e a Guiana. De grande importância para ambos

33. Mary Noel Menezes, 1992, *The Portuguese of Guyana: a study in culture and conflict*, London, Anand Press; Menezes, *Scenes*; Brian L. Moore, 1975, “The social impact of Portuguese immigration into British Guiana after emancipation”, *Boletín de Estudios Latinoamericanos y del Caribe*, 19, pp.3-15; Walter Rodney, 1981, *A History of the Guyanese Working People, 1881–1905*, Baltimore, Johns Hopkins University Press; Keith O. Laurence, 1994, *A Question of Labour: Indentured Immigration into Trinidad and British Guiana 1875–1917*, Jamaica, Ian Randle Publishers; Jo-Ann Ferreira, 2006, “Madeiran Portuguese migration to Guyana, St. Vincent, Antigua and Trinidad: a comparative overview”, *Portuguese Studies Review*, 14, n. 2, pp.63-85; Michael J. Wagner, 1977, “Rum, policy, and the Portuguese: or, the maintenance of elite supremacy in post-emancipation British Guiana,” *Canadian Revue of Sociology and Anthropology*, 14, pp.406-416.

34. Para uma análise historiográfica dos efeitos do tifo nos navios escravistas do século XIX, ver Manuel Barcia, 2020, *The Yellow Demon of Fever: Fighting Disease in the Nineteenth-Century Transatlantic Slave Trade*, New Haven, Yale University Press. Para uma descrição realista da epidemia de tifo de 1847 nos navios da Irlanda para o Canadá, ver Andrea Barrett, 1996, *Ship Fever*, New York, Norton.

35. Gaiutra Bahadur, *Coolie Woman – The Odissey of Indenture*, Durham, Duke University Press; Kevin Brown, 2013, *Passage to the World – the emigrant experience 1807-1940*, Barnsley, Seaforth.

36. Brown, *Passage*; Bastos, “Febre”.

os lados – pelo impacto demográfico negativo que tem na ilha e pelo desenvolvimento de uma comunidade que se torna um dos pilares da colónia britânica – esta rota é mal conhecida da historiografia portuguesa e merece mais atenção, não apenas pelo que representa para a história da Madeira mas também pelo que revela sobre as contradições e fugas ao projecto de império português³⁷. No século XIX, são mais os portugueses que emigram e vão construir as suas vidas em colónias britânicas que nas colónias portuguesas, para grande consternação das autoridades portuguesas³⁸. A Guiana britânica constitui-se como o melhor exemplo deste atraçamento de impérios, e às circunstâncias em que tal acontece dedicamos as próximas secções.

Das dezenas de milhar de portugueses embarcados para a Guiana ao longo do século XIX, a maioria partiu da Madeira, e sobretudo entre meados da década de 1830 e finais da década de 1850. É uma história entrelaçada na história mais ampla da plantação do açúcar, não já pelo que se cultivava na ilha, mas pelo papel dos madeirenses enquanto força de trabalho nas plantações das colónias britânicas. Este fluxo para as plantações britânicas ocorreu precisamente entre os dois ciclos de recrutamento de trabalho de maior magnitude e impacto: por escravização, sobretudo de pessoas de África,

e por vinculação de contrato (*indenture*), sobretudo de pessoas da Ásia.

PLANTAÇÕES E RACIALIZAÇÕES

A *plantação* transformou não apenas a ecologia e economias mundiais; transformou também as relações entre humanos, forçando vastas quantidades de pessoas a deslocamentos forçados entre continentes, racializando-as em consequência disso, e criando diásporas de exilados, desterrados e traumatizados para as gerações seguintes.

A primeira dessas transformações foi a escravização de africanos para as plantações das Américas,³⁹ produzindo a categoria de “negro,” que aplanou as múltiplas diferenças entre africanos e estigmatizou o conjunto pela associação ao trabalho escravo⁴⁰, não sem o apoio dos pensadores europeus e norte americanos que produziram a pseudociência racialista⁴¹.

A segunda, em escala e cronologia, foi a vinculação de asiáticos para vários pontos do Índico, Pacífico, Caraíbas. Foi sobretudo da subcontinente indiano que veio a segunda grande vaga de trabalhadores do açúcar em todo o mundo, nalguns territórios suplantando em número os outros grupos, como aconteceu na Maurícia, em Fiji e na própria Guiana e Trinidad– criando uma imensa diáspora de indo-descendentes no

37. Discutido em mais pormenor em Bastos, 2018, ‘Portuguese in the cane: the racialization of labour in Hawaiian plantations’, in S. Aboim, P. Granjo and A. Ramos (eds.), *Changing Societies: Legacies and Challenges*, vol. I, Imprensa de Ciências Sociais, pp.65-96, e Bastos, 2020d, ‘Intersections of Empire, Post-Empire, and Diaspora: De-Imperializing Lusophone Studies’, *Journal of Lusophone Studies*, 5, n. 2, pp.27-54.

38. Como exemplo, temos que em Angola, no ano de 1844, num total de 386.163 habitantes recenseados, apenas 1.832 habitantes eram classificados como brancos (v. J. J. L. de Lima, 1846, *Ensaios sobre a Statistica das Possessões Portuguezas*, Lv. iii, parte i, Lisboa, Imprensa Nacional). Em Moçambique, no ano de 1900, contavam-se apenas 953 Portugueses num total de 107.677 habitantes (A. T. de Sousa, 1902, *Relatório e Propostas de Lei e Documentos Relativos às Possessões Ultramarinas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 453).

39. Para um elaborada visão de conjunto sobre o tráfico, ver <https://www.slavevoyages.org/>.

40. E.g., Edgard T. Thompson, 1975, *Plantation Societies, Race Relations and the South: The Regimentation of Populations*, Durham, Duke University Press; Thompson, 2010, *The Plantation*, Columbia, SC, The University of South Carolina Press.

41. Este ponto está mais desenvolvido em Cristiana Bastos, 2020d, *Labor, place, and the production of race*. Working paper: Manifesto of “The Colour of Labour” (<http://colour.ics.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2020/06/Bastos-A-Labour-Place-and-Race-Manifesto.pdf>).

mundo, cujo legado é alvo do projecto “Indentured Labour Routes”, tematizada como “girmitiya” (corruptela de “agreement”, para o contrato), ou pensada em termos de “coolitude”, para neutralizar a conotação negativa do termo “coolie”, dada aos vinculados asiáticos que em termos globais vieram a substituir os escravizados⁴².

Em menor escala, outras populações foram mobilizadas para o trabalho das plantações por vários modos – desde o puro rapto, como aconteceu com ilhéus do Pacífico Sul para as plantações da Australia (*blackbirding*)⁴³, à persuasão, aliciamento, ou contratos de trabalho com conhecimento de causa pelos contratados⁴⁴.

Estes modos de recrutamento não se sucederam no tempo de modo linear – pelo contrário, entrecruzaram-se, sobrepuiseram-se, inverteram-se, combinaram-se. Tudo leva a crer que várias dessas modalidades foram mobilizadas para o recrutamento dos Madeirenses para as plantações da Guiana nesse primeiro período. Na ausência de fontes directas sobre o recrutamento, recorremos a várias fontes indirectas, entre documentos de época e estudos analíticos.

ABOLIÇÃO, NOVOS RECRUTAMENTOS E ANALOGIAS DE ESCRAVATURA

Na sequência de múltiplas revoltas escravas nas Guianas e Caraíbas, da expansão da influência abolicionista nas ilhas britânicas, de deba-

tes, cálculos económicos e pressão política, foi decretada a Abolição da escravatura no império britânico, começando pela abolição do tráfico em 1807 e culminando no Acto Emancipatório em 1833, dando-se entretanto, em 1823, a importante revolta de Demerara⁴⁵. À Emancipação seguiu-se um período experimental de “Aprendizagem” votado ao fracasso pelos termos em que foi planeado, na expectativa que os antigos escravizados continuassem nas mesmas funções nos mesmos lugares.

Para a economia do açúcar continuar, com as suas insaciáveis necessidades de trabalho, os proprietários, em conjunto com governo colonial, procuraram alternativas de mão-de-obra entre os próprios ex-escravos, que dificilmente aceitavam trabalhar nos mesmos lugares; ou contratando africanos livres da Serra Leoa (Kroo); ou capturando (“libertando”) escravos aos navios da concorrência; ou recrutando quem conseguissem nas ilhas atlânticas – Madeira, Cabo Verde, Canárias, Açores. Mais tarde criou-se uma linha de transferência de mão de obra patrocinada pelo governo a partir de dois portos da Índia: Calcutá e Madras, trazendo um total de centenas de milhares de sul-asiáticos para a Guiana e outras colónias britânicas.

Entre essas duas grandes deslocações forçadas ou semi-forçadas – a dos escravizados de África e dos vinculados da Índia – temos a

-
42. Entre muitos, veja-se Brij V. Lal, 2004, *Girmitiyas: The Origins of the Fiji Indians*, Lautoka, Fiji Institute of Applied Studies; Khal Torabully and Marina Carter, 2002, *Coolitude: An Anthology of the Indian Labour Diaspora*, Anthem Press; Marina Carter, “Slavery and Unfree Labour in the Indian Ocean” *History Compass*, 4, pp.800-813; David Northrup, 1995, *Indentured Labor in the Age of Imperialism, 1834-1923*, Cambridge, Cambridge University Press; Maurits S. Hassankhan, Lomarsh Roopnarine and Hans Ramsoedh, eds., 2017, *The Legacy of Indian Indenture: Historical and Contemporary Aspects of Migration and Diaspora*, London, Routledge.
43. Laurence Brown, 2007, “A Most Irregular Traffic”: The Oceanic Passages of the Melanesian Labor Trade”. *Many Middle Passages: Forced Migration and the Making of the Modern World Book*, ed. E Christopher, C Pybus and M Rediker, Berkeley, University of California Press, pp.184-203.
44. Crístiana Bastos, 2019, “Açúcar, ananases e ilhéus portugueses no Hawaii: dinâmicas de migração, etnicidade e racialização no terreno e no arquivo”, *Etnográfica* 23, n. 3, pp.777-798; Bastos, “Plantation”. A categorização negativa de “Portugee”, “Podagee”, “Poregeee”, etc, deve ser analisada neste contexto.
45. V. Emilia Viotti da Costa, 1994, *Crowns of glory, tears of blood: the Demerara slave rebellion, 1823*, New York, Oxford University Press; v. tb, para a anterior revolta em Berbice, Marjoleine Kars, 2020, *Blood on the River: a Chronicle of Mutiny and Freedom on the Wild Coast*, New York, The New Press.

deslocação dos ilhéus portugueses, em que se destacam os madeirenses, cuja primeira viagem oficialmente reportada para a Guiana dá-se logo em 1835. No dia 3 de Maio desse ano chega a Georgetown o navio *Louisa Baillie* com quarenta madeirenses que se distribuem pelas plantações de La Penitence, Liliendaal, e Thomas⁴⁶. Esse dia é hoje celebrado como *Portuguese Arrival Day* na República da Guyana.

Para benefício das plantações inglesas, os Madeirenses continuaram a partir para Demerara, engrossando as hostes que garantiam o trabalho dos canaviais, mas expondo-se a muitos perigos e muitas vezes sucumbindo. Note-se que nem todos embarcavam no estado desesperado que vimos no *Borderer*; nos finais da década de 1830 e início de 1840, alguns acreditavam que a passagem para o outro lado lhes permitiria obter o montante necessário para adquirir as terras onde trabalhavam e a casa onde viviam, já que com o fim dos morgadios decretado pelo Liberalismo essa possibilidade – ainda que dificilmente alcançável – se estabeleceu no horizonte. O sonho do “demerarista”, enriquecido no *Eldorado*, motivou muitos a embarcar nessa viagem incerta para um destino que se mostraria difícil⁴⁷.

Muitos partiam clandestinamente, aliciados por vezes de modo doloso, com promessas de fortuna do outro lado do Atlântico. A fortuna surgiria, mas não para eles – seria sobretudo para os angariadores e demais envolvidos no transporte. Os clandestinos iam sujeitos a um contrato e ficavam empenhados desde o início, uma vez que teriam de deduzir dos seus ganhos

o valor da passagem. A quantidade de clandestinos preocupava os políticos da Madeira e do reino. Em 1841, o Governador Civil Domingos Olavo Correa d’Azevedo já alertava os Administradores dos Concelhos para os malefícios da emigração para Demerara—em termos tais que levaram James Stephen, secretário permanente para as Colónias, a pedir uma reclamação formal de Lord Palmerston junto do governo português pela linguagem ofensiva ao governo britânico⁴⁸. Em contrapartida, o jornal madeirense “O Defensor” justificava o surto emigratório para a Guiana Inglesa como consequência de convite feito e aceite porque havia fome e miséria, consequência da estagnação da economia madeirense⁴⁹.

Tendo abrandado entre 1842 e 1846, período em que os proprietários das plantações da Guiana britânica tentaram outros recrutamentos, a emigração da Madeira foi retomada aquando da grande fome de 1847, ano da viagem do *Borderer* e de outras que não estão documentadas. Nesse ano e nos que se seguem, o governador José Silvestre Ribeiro escreve inúmeras missivas ao reino exprimindo a sua preocupação com a situação dos Madeirenses emigrados para a Guiana inglesa; descreve a sua condição como de quase escravatura. Solicitando ao governo português a redução do preço de passaporte para evitar tanta clandestinidade, fornece inúmeros dados sobre como esta se processava: os emigrantes eram escondidos em vários pontos da costa sul depois levados em barcos costeiros até às Ilhas Desertas, onde embarcavam em navios portugueses ou estrangeiros que se dedicavam a este tráfico ilegal. O embarque clandestino aumentava o martí-

46. Menezes, *Scenes*, 5.

47. João de Andrade Corvo, 1959, *O Aliliador*, Lisboa, Typografia Universal; Duarte Miguel Barcelos Mendonça, 2009, “‘O Ailiador’, de João d’Andrade Corvo. A emigração para Demerara na literatura de proscénio,” *Islenha*, 44, pp.112-128.

48. Arquivo Regional da Madeira, *Correspondência para o Reino-1841*.

49. *O Defensor*, 1 de Janeiro de 1842.

rio da experiência de múltiplos modos – pagando para embarcar, os clandestinos focavam reféns de dívidas e viajavam em navios superlotados, em porões sem condições sanitárias nem mantimentos suficientes, que o Governador referia como autênticos navios negreiros. O ganho dos angariadores com um maior número de passageiros era uma das raízes imediatas desta situação, a que urgia fazer frente – mas o processo continuou por vários anos. Até 1866 são frequentes as denúncias sobre a intervenção enseadas favoráveis a embarques de embarcações costeiras dando apoio à emigração clandestina. A zona da costa, do Caniço à Ponta do Pargo, oferecia enseadas favoráveis a embarques. Os pontos utilizados eram o Caniço, Praia Formosa, Paul do Mar e Ponta do Pargo. Os navios aportavam o Funchal onde recebiam passageiros com passaporte e depois iam apanhar os clandestinos em enseadas previamente combinadas⁵⁰.

Em 1850, Silvestre Ribeiro sugere que já teriam partido da Madeira para Demerara entre 30.000 e 40.000 pessoas. Poderá ter exagerado, mas não demasiado. Em 1851, é o próprio cônsul de Portugal (alias britânico) em Georgetown que refere que existiam 18.000 portugueses na Guiana britânica, dos quais 14.000 trabalhavam directamente no açúcar – e sem os quais, acrescenta, a indústria colapsaria⁵¹. O mesmo cônsul tinha já exprimido em carta ao governador da Madeira, poucos anos antes, a sua preocupação

com os colonos madeirenses, informando que além dos colonos legais com passaportes chegavam muitos mais clandestinos – por exemplo, no barca inglesa “Palmira” tinham chegado 23 passageiros munidos de passaporte e 410 sem ele; e no brigue português “Visconde de Bruges” eram 130 os passageiros sem passaporte⁵².

BIOPOLÍTICAS DE NAÇÃO E IMPÉRIO, EM PORTUGUÊS

Por parte do governo português a situação é entendida como um vexame, aventando-se que deveriam criar-se as condições para que os colonos se estabelecessem nas colónias portuguesas e não nas inglesas⁵³. O desejo dos governantes portugueses quanto a reencaminharem para um império então efímero aqueles que emigravam para outros impérios é articulado inúmeras vezes e objecto de discursos parlamentares; mas só muito mais tarde, em 1884, é que o governo português consegue organizar o estabelecimento de uma colónia agrícola no sul de Angola, e precisamente com madeirenses, após uma tentativa não plenamente sucedida de reencaminhar uma colónia de portugueses no Pernambuco (Brasil) para Moçâmedes (Angola)⁵⁴.

O Governador José Silvestre Ribeiro tinha enunciado essa proposta pelo menos desde 1851 como modo de garantir maior protecção aos que saíam da Madeira para Demerara e nessa colónia se sujeitavam a terríveis condições⁵⁵. Exprimindo

50. José Silvestre Ribeiro, 1850, *Correspondência para o Ministério do Reino*, liv. 644, 1846-1851.

51. Henry Horatio Haynes, 1851, *Carta*, Arquivo Histórico Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Consulado Guiana Ingleza, cx 700, ff. 74.

52. José Silvestre Ribeiro, 1846, *Correspondência para o Ministério do Reino*. Arquivo Regional da Madeira, liv. 644, 1846-1851, carta de 21 de Outubro de 1846.

53. Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, *Índia*, cx. 14, doc. 453, “Sobre o estado de miséria em que se acham os colonos portugueses em Demerara,” 9 maio 1854- 15 abril 1856; Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, *Reino*, cx. 2, doc. 32, “Emigração de madeirenses e açoreanos para a Guiana Britânica (Demerara),” 1852.

54. Este tema é abordado com mais pormenor em Cristiana Bastos, 2008, “Migrants, Settlers and Colonists: The Biopolitics of Displaced Bodies,” *International Migration* 46, n.5, pp.27-54.

55. As condições em que viviam e trabalhavam variavam de propriedade para propriedade, sendo algumas de terrível reputação quanto à violência ali praticada. A vulnerabilidade à doença era total, e muitos simplesmente morriam sem protecção ou apoio. Quando o contrato de cinco anos terminava, o trabalhador estava na maioria das vezes muito debilitado de saúde e com poucas hipóteses de vencer no mercado livre.

grande preocupação nos seus ofícios e cartas, proporciona um grande número de pormenores e reflexões que nos permitem conhecer melhor a situação vivida em terra por aqueles que desejavam partir, as causas estruturais da sua fragilidade económica e social, e os mecanismos através dos quais eram cooptados para essa aventura migratória. Em ofício de 1850 referia como “analfabetos e pobríssimos” os que emigravam, que “de riqueza levavam consigo uma forte vontade de trabalhar”⁵⁶. Em Janeiro de 1851 sugeria a publicação de uma lei contra os aliciadores e os donos dos barcos costeiros que levavam furtivamente os clandestinos. Esta referência aos aliciadores elucida-nos sobre o uso da persuasão no recrutamento dos camponeses; mantendo a história oral a tradição do “demerarista” enriquecido, não é difícil imaginar que essa persuasão envolvesse muita fantasia e pouco realismo na descrição do que os esperava do outro lado do atlântico – um processo não muito diferente do aliciamento que angariou centenas de milhar de indianos para os trabalhos do açúcar na Maurícia e Caraíbas também no século XIX⁵⁷.

Tais enredos não escaparam à dura crítica do jornal *O Defensor*, onde já em 1847 se falava do horror causado por se ver a emigração “enlaçada com alguns crimes que acompanham as bárbaras cenas da Escravatura – graças aos manejos que a mais funesta aliciação parece empregar para poder apresentar um grande número de colonos nas praias de Demerara!”⁵⁸ Nesse mesmo jornal

apontam-se cenas pungentes de famílias separadas, crianças abandonadas por pais que emigraram para Demerara, e de “um pai que pedia debulhado em lágrimas que restituam-me o meu filho que m’o roubaram estes agentes que por aí andam à caça de gente para Demerara”⁵⁹.

Do lado da administração britânica a perspectiva era muito diferente, realçando que a Guiana proporcionava uma oportunidade para melhorar a vida a quem tanto sofria na Madeira. Alguns dos madeirenses deslocados partilhavam essa perspectiva, e em 1851 o jornal local *Royal Gazette* publica uma carta assinada por “Um Português”, residente em Demerara há oito anos, acusando de falsas as descrições vindas a lume na Madeira e afirmando que milhares dos que emigraram para Demerara conseguiam ali alcançar um nível económico – incluindo comprando habitação e terras – que nunca teriam na Madeira. Acrescenta ainda que os recrutados para Demerara tinham escapado a outro recrutamento, quiçá pior, o recrutamento militar para as infindáveis guerras civis portuguesas⁶⁰.

Dando-se como exemplo de sucesso e inspiração, este português anónimo representa o sujeito em movimento entre dois poderes nacionais com aspirações imperiais e que, literalmente, contavam cabeças e se hostilizavam nessa competição biopolítica. Tratava-se de uma guerra por corpos, pessoas, famílias, trabalhadores, nacionais, residentes. Algumas das autoridades portuguesas tratavam o assunto como maté-

56. José Silvestre Ribeiro, 1850, *Correspondência para o Ministério do Reino*, liv. 644, 1846-1851.

57. Não sendo colónia inglesa, a Madeira encontrava-se nas rotas de circulação do império britânico e existiam inúmeras articulações locais para efeitos logísticos e de outra natureza. Não terá sido difícil encontrar mediaidores capazes de conectar recrutadores e residentes dispostos a embarcar para as colónias britânicas; é credível que possam ter sido os intermediários que tradicionalmente adiantavam dinheiro a quem estava com dificuldades económicas por conta da vindima seguinte, assim estabelecendo um tipo de confiança vital para a possibilidade de recrutamento para aventuras mais arriscadas e longínquas.

58. *O Defensor*, 23 Janeiro 1847.

59. *O Defensor*, 23 Janeiro 1847.

60. Transcrito em *Parliament Accounts and Papers*, 1851, 9th volume, XXXIX, Enclosure no. 44, “On Portuguese Emigration”, pp.166-167.

ria de guerra. O Governador Silvestre Ribeiro propunha que uma escuna de guerra portuguesa patrulhasse a costa da Madeira para evitar a captura de residentes pelos recrutadores. Face aos constantes pedidos, foi enviado o brigue “Douro” para o efeito, mas um navio mostrou-se insuficiente, e em Setembro de 1847 o governador solicitava mais duas escunas de guerra, uma para patrulhar a Ponta de S. Lourenço, as Desertas e o Garajau e outra para a costa desde o Funchal até Ponta Delgada, dado que, quando o brigue “Douro” estava para leste, os recrutadores ficavam livres a oeste. O embarque clandestino, que tradicionalmente se fazia pela noite, acontecia já à luz do dia. Afirmava que os Administradores dos Concelhos não conseguiam acudir a todos os portos, o Governador sem outra escuna sentia-se incapaz de cortar com o mercado rendoso dos emigrantes clandestinos.

Para além destas medidas, o Silvestre Ribeiro defendeu uma definição de medidas preventivas a sobrepor-se às acções meramente punitivas. Indicava soluções para as crises de fome, da doença das vinhas, da batata, da cana sacarina, do corte excessivo das matas. Que os Administradores dos concelhos vissem se podiam mandar arranjar as estradas, sugeria que consultassem os párocos e os afazendados das freguesias para mandarem fazer pequenas obras que fossem úteis para todos a fim de evitar a fome e dar emprego ao maior número de homens, que se estabelecesse um plano de obras de construção civil de acordo com um plano viário e de levadas. Também usou da persuasão psicológica, tentando convencer a população a manter-se na ilha; remetia manifestos para os Administradores dos Concelhos para que os divulgassem com afixação nas igrejas, nos jor-

nais, onde usava magistralmente os seus dotes literários, mas ele próprio reconhecia a necessidade urgente de legislação mais eficaz.

REMADE

Nas décadas seguintes, a probabilidade de encontrar situações semelhantes à experimentada no *Borderer* é remota. Por um lado, a dinâmica de recrutamento de trabalho na Guiana e vizinhanças transformou-se, privilegiando-se a contratação vinculada de trabalhadores vindos da Índia. Dos portugueses que se mantiveram na Guiana, muitos tinham já melhorado a vida, singrando no comércio e, mais tarde, em toda uma variedade de negócios, alguns de notável sucesso. Em finais do século XIX formavam uma comunidade distinta, com agremiações, associações de solidariedade, clubes recreativos, etc.⁶¹. Atraiam conterrâneos com ligações familiares ou interesse em associar-se a essa comunidade. Alguns partiam da Madeira para evitar o recrutamento militar, ou por qualquer razão de ordem política.

Entretanto, outros horizontes de migração se ofereciam aos madeirenses: o Brasil à frente de todos, mas também o Hawaii, o sul de Angola, a África do Sul, Estados Unidos e muitos outros destinos a que se fizeram. Nunca deixaram de partir, por vezes para voltar, outras vezes para criar vida noutros lugares, levando consigo o ânimo de vencer os desafios e, sempre que possível, sem deixar de festejar a chegada com música e dança aos primeiros momentos de desembarque.

NOTA

Este artigo resulta de pesquisa desenvolvida no âmbito do projecto *A Cor do Trabalho – As Vidas Racializadas dos Migrantes (The Colour of Labour – The Racialized Lives of Migrants)*, ERC AdG 695573, Conselho Europeu de Pesquisa, Programa de Investigação e Inovação Horizonte 2020 da União Europeia.

61. Menezes, *Scenes*.